

Na política, tudo bem. Economia vai mal

JOSAFÁ DANTAS

O ano de 1982 não foi muito benéfico para o Brasil, em termos econômicos. Se o governo obteve sucesso no campo político, com a realização das eleições de 15 de novembro, para os cargos majoritários dos Estados, o sucesso no campo econômico não foi o mesmo. Em decorrência da grande crise do mercado financeiro internacional, que obrigou o país a recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) para fechar o seu balanço de pagamentos deste ano, o governo não conseguiu atingir as metas antes estipuladas.

Desde o início do ano as coisas não iam bem para o Brasil, principalmente no campo das exportações. Em nível interno, o governo previa uma redução do índice inflacionário e das taxas de juros, mas tudo não passou de sonho. A situação só ficou complicada em setembro, depois da crise financeira internacional, em decorrência dos pedidos de renegociação das dívidas externas do México e da Argentina. Foi durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Toronto, no Canadá, que as autoridades brasileiras começaram a sentir o peso da crise.

Depois do mês de setembro, que ficou mais conhecido como setembro negro, o quadro desenhou-se negro para o país. No início, como repetiu à exaustão o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, o governo não necessitava recorrer ao FMI. Mas com o fechamento do mercado financeiro internacional, ele foi obrigado a pedir um crédito de US\$ 5,5 bilhões, sendo US\$ 4,5 bilhões a título de crédito facilitado e US\$ 1 bilhão de compensação, devido à queda das exportações.

O governo também teve de pedir aos banqueiros estrangeiros, principais credores do país, a renegociação de parte de sua dívida externa que vence no próximo ano. A proposta é pagar somente os juros, reprogramando o principal para o vencimento em oito anos, com dois de carência. Isso é o que preocupa mais as autoridades brasileiras. Com esse crédito, o governo pretende ficar fora do mercado pelo período de seis meses, tempo que é considerado suficiente para equilibrar as contas externas.

Com o fechamento do mercado internacional, o governo se viu obrigado a queimar as suas reservas. As exportações não tiveram o desempenho esperado, o que desequilibrou ainda mais as contas externas brasileiras. No início do ano, o governo previa que a balança comercial alcançaria um superávit de US\$ 3 bilhões, motivado pelo desempenho das vendas externas nos três últimos meses de 1981. Era previsto exportações de US\$ 28 bilhões e importações de US\$ 25 bilhões. Mas, o superávit não deverá passar de US\$ 800 milhões, representando apenas 36% do pretendido. As vendas não passarão de US\$ 20 bilhões, enquanto as compras deverão ficar próximas dos US\$ 19,2 bilhões, de acordo com as últimas estimativas do governo.

Mas, o motivo do fracasso governamental foi decorrente do fechamento do mercado financeiro internacional e as altas taxas de juros, o que impossibilitou que muitos países tivessem condições para importar. Os casos mais típicos foram os fechamentos do mercado da Nigéria, Chile, Argentina, México, Bolívia, Polônia, etc. Esses países foram os principais responsáveis pelas quedas das exportações.

Além desse fato, a queda de cotação de alguns produtos no mercado externo, como o açúcar, cacau, suco de laranja, aço, soja, etc., tiraram as esperanças do governo de alcançar a sua meta. Para conseguir um superávit mínimo para satisfazer os banqueiros estrangeiros, o governo foi obrigado a fazer um corte nas importações, no final de setembro. O café teve uma recuperação de preço, mas o açúcar sofreu quedas espetaculares, chegando a ser cotado a um preço considerado irrisório pelas autoridades brasileiras. A queda da cotação foi em decorrência dos fortes subsídios praticados pelos países da Comunidade Económica Européia (CEE) ao açúcar de beter raba.

Outras medidas que prejudicaram bastante as exportações foram as fortes barreiras alfandegárias impostas por alguns países aos produtos brasileiros. Os Estados Unidos foram os que mais impuseram restrições às vendas do Brasil, principalmente às exportações de aço, suco de laranja, carne de frango (que é

vendida para o Oriente Médio), produtos de couro etc. Isso obrigou o governo a reduzir o crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados, que depois foi mantido até 1985 (11%), de acordo com acerto realizado durante a reunião do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

INFLAÇÃO

O governo também não conseguiu sucesso no controle da inflação. No início do ano, era previsto um índice inflacionário de no máximo 80% e, no mínimo, 70%. Devido a uma série de fatores, como a sobretaxação dos produtos considerados supérfluos, que entrou em vigor em janeiro, e do aumento da alíquota de desconto do INAMPS dos trabalhadores assalariados, aliado à criação do Finsocial (Fundo de Investimento Social), no mês de maio, a inflação deste ano não será inferior a 98%. Mas as previsões do secretário Especial de Abastecimento e Preços, Júlio César Martins, indicam que a inflação fechará o ano em torno de 97%, no máximo, prevendo-se neste caso, uma taxa para 6%.

O índice não ficou abaixo de 90%, neste ano, chegando ao máximo a 91,2%, em maio. Em junho, com a entrada em vigor do Finsocial, a taxa inflacionária mensal foi de 8%. Naquele mês, quando os brasileiros viviam as emoções da vitória da Seleção Brasileira sobre o selecionado argentino, ninguém percebeu que a taxa tinha subido para 97,6%. Em julho, ainda devido ao reflexo de aumentos dos preços, a taxa ficou em 99,5%. O índice manteve-se alto, em agosto, mas por um passe de mágica, ele caiu em setembro, devido as exigências dos banqueiros estrangeiros, o governo se viu obrigado a baixar a inflação para 3,7%, sendo o menor taxa do ano.

JUROS

O governo também não conseguiu reduzir as taxas de juros do mercado interno. Os esforços, que pareciam demais, não preocupado, enquanto ele se preocupava mais com a situação internacional. Se o governo promovesse a queda de juros no mercado interno, logicamente ele desestimularia a captação de recursos externos, prejudicando ainda mais o fechamento do balanço de pagamentos deste ano, que só foi possível com a ajuda do governo americano e do FMI. As taxas chegaram ao fim do ano no patamar de 150%.

O assunto é tão delicado, que o governo não quis resolver a situação de imediato, e preferiu esperar pelo próximo dia 11, quando haverá uma reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), exclusivamente para analisar a situação. Muitas são as propostas. Muitos empresários acham necessária a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas de acordo com os técnicos do governo, muitas medidas deverão ser tomadas para promover uma redução das taxas. Uma das coisas que o governo deveria fazer era voltar o empréstimo compulsório que os bancos são obrigados a fazer no Banco Central, para 35%, ao contrário dos 45% que vigoram atualmente. Para isso o governo também deveria deixar a limitação do compulsório de acordo com o comportamento do mercado interno.

Como neste ano o governo não conseguiu chegar a uma definição sobre a queda dos juros, técnicos do governo também acreditam que a reunião do CMN não resolverá nada, e tudo cairá no esquecimento. Isso porque nem os banqueiros nem o governo vão querer ceder muito.

IMPOSTOS

Uma área em que o governo foi muito atuante, e não teve pena, foi na tributária. Várias medidas foram tomadas. A principal delas, e que não agradou a ninguém, foi a indexação - aplicação da correção monetária - no Imposto de Renda. Essa medida pegou todo mundo de "calça curta". Com isso, o governo vai obter uma receita adicional de Cr\$ 400 bilhões, aumentando substancialmente a sua arrecadação. Com a indexação do IR, o governo não terá mais os problemas sofridos neste ano, com o atraso das restituições ao imposto, devido a falta de caixa. Agora, os contribuintes com direito a restituição recebem o seu imposto através de ORTN.